

## RECOMPOSIÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO / DESORGANIZAÇÃO NA PERIFERIA URBANA DO MAPUTO – Set./2000

João Quintela e Viegas Piteira<sup>1</sup>

Esta comunicação centra-se no espaço péri-urbano da cidade de Maputo e nos reflexos da guerra e das profundas e contraditórias transformações socio-económicas ocorridas nos anos 80 e 90 em Moçambique.

O tema, de que o título da comunicação procura dar conta, é a recomposição social que se operou no espaço urbano e péri-urbano de uma grande cidade africana, em resposta às mudanças geradas pela independência, pela guerra e pela liberalização/democratização ocorridas no país.

O objectivo desta comunicação é não só transmitir-vos algumas pistas da investigação em curso no âmbito do Projecto "*Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impacto da Guerra e das Transformações Socio-Económicas (Décadas de 80 e 90)*"<sup>2</sup>, como avançarmos com algumas tentativas de interpretação da informação recolhida sobre a periferia do Maputo.

Não cabe no âmbito deste texto propor qualquer periodização da história recente de Moçambique. Bastará recordar, no entanto, que *o acesso à independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975 - não representando, nem podendo representar, um corte radical com o passado colonial, uma vez que partes importantes das estruturas administrativas e económicas se mantiveram e continuaram a influenciar as formas de organização social - traduziu-se, essencialmente, numa recomposição acelerada e contínua de toda a sociedade, reordenada em função do novo poder saído da luta de libertação, recomposição que teve também importantes incidências territoriais, nomeadamente a nível urbano. Houve então - como mais tarde na segunda metade da década de 80<sup>3</sup> e a partir de 1992, com a assinatura em 4 de Outubro do Acordo Geral de Paz<sup>4</sup> - um rasgar de oportunidades de rápida promoção para vastas camadas da população urbana africana, até então limitada a ocupar os lugares de nível mais baixo na pirâmide social. Deste modo, o que temos actualmente é um tecido social muito diferenciado e polarizado, cujos membros estão em acesa competição por recursos escassos e utilizam todos os "esquemas" ao seu alcance para sobreviver e ascender socialmente a posições onde seja mais favorável a gestão da sua vida individual e social.*

### UM CONTEXTO SOCIAL EM RECOMPOSIÇÃO PERMANENTE

Um primeiro e talvez o mais importante aspecto da recomposição acelerada e contínua de toda a sociedade moçambicana é o aumento significativo da taxa de urbanização, sobretudo no que se refere à capital, Maputo, que contava com perto de um milhão de habitantes em 1997<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Sociólogos

<sup>2</sup> Este projecto, levado a efeito no quadro do CESA/ISEG, é financiado pela Fundação Para a Ciência e Tecnologia através do programa PRAXIS XXI, e é coordenado por Jochen Oppenheimer. A pesquisa sobre Maputo, cujo trabalho de campo foi realizado em Julho/Agosto.99, foi levada a cabo por uma equipa multidisciplinar em que participaram, para além dos autores, Carlos Proença, Carlos Lopes, Mário Ribeiro, economistas, Ana Bénard da Costa, antropóloga e Sandra Duarte, socióloga.

<sup>3</sup> Com o PRE (Programa de Reabilitação económica) de 1987, assiste-se ao processo de privatização, ao saneamento económico-financeiro do Estado, ao aumento do desemprego e à queda do poder de compra de largas camadas da população. Paralelamente, expande-se o sector informal, que se torna decisivo para a sobrevivência da população e é fonte de rendimentos muitas vezes superiores aos do sector formal. A partir desta data desenvolve-se a actividade dos curandeiros e multiplicam-se as igrejas em meio urbano.

<sup>4</sup> A assinatura do Acordo de Paz e a sua aplicação efectiva marca uma viragem no quotidiano das populações de Maputo: crescem ainda mais os bairros periféricos, aumentam os serviços urbanos e, com eles, as expectativas das populações; com as primeiras eleições municipais, reaparece o investimento na cidade, que não existia desde a Independência; assiste-se ao investimento de todas as poupanças em melhorias reais das casas, por exemplo, ou na aquisição de meios de produção antes inacessíveis, etc.

<sup>5</sup> Ver *Maputo - A Reinvenção do Urbano*, Isabel Raposo e João Quintela, in *Cidades UCCLA*, ano 1, nº 2, Fev. 2000, p. 31.

Na origem deste crescimento parece estar, em primeiro lugar, a própria independência e o consequente afluxo de rurais à capital. A nacionalização da terra, em 1975, bem como a ampliação do sector estatal e a criação de novos postos de trabalho, "a implementação de vários projectos de melhoramento das infraestruturas nos bairros periféricos, a nacionalização da educação e da saúde, com o alargamento a todos os bairros da rede escolar primária e dos cuidados de saúde, a subvenção dos produtos alimentares e outros bens de consumo de base com a criação das Lojas do Povo (desde 1974) e ainda a criação das "zonas verdes agrícolas" na periferia da capital"<sup>6</sup> contribuem para a atracção exercida pela cidade de Maputo sobre as populações camponesas durante este período. O crescimento urbano torna-se tão significativo que o plano de estrutura de Maputo, de 1982, pretende conter esse crescimento nos 8%, aliás sem grande resultado: dada a evolução da conjuntura, em 1991, 45% da população da cidade era constituída por imigrantes<sup>7</sup>.

Ao nível da população, esta vinda massiva para a capital, que se segue à independência, abre a todos oportunidades de vida até então inexistentes: é a maior segurança proporcionada pela cidade, são mais e melhores oportunidades de emprego, de trabalho e de sobrevivência, é o acesso à escola, à saúde e a outros serviços prestados pelo Estado (habitação, abastecimento de água, saneamento), é ainda o acesso a outras ajudas, sobretudo familiares. Há uma forte mobilidade social ascendente. A saída dos portugueses, por exemplo, foi de alguma forma colmatada por aqueles que, embora não possuindo as capacitações mínimas requeridas para a gestão no domínio estatal, administrativo, empresarial e dos serviços públicos urbanos, ocuparam tais lugares/posições e deles acabaram por tirar vantagens no plano social, revolucionando os seus quadros de referência, as suas condições e estilos de vida e o planeamento das suas vidas pessoais e familiares.

Um outro aspecto importante, ainda a nível do urbano, teve a ver com a ocupação da "cidade de cimento" por elementos da população africana até então residentes nos bairros periféricos, à medida que esta ia sendo abandonada pelos europeus, isto graças à nacionalização dos prédios de rendimento, em 1976. Esta medida foi ainda reforçada por novos critérios para a fixação das rendas, "levando em conta não somente as dimensões da habitação, mas igualmente os rendimentos da família e o número dos seus membros", que vigoraram de 1976 a 1989<sup>8</sup>.

Temos, assim, que se o *Estado*, o *Partido*, as *organizações de massa*, os *Sindicatos nas empresas* e os *Grupos Dinamizadores*<sup>9</sup> nos bairros, foram, neste período, as mais significativas entidades de integração social e de fornecimento de novas oportunidades de vida no pós-independência, em contrapartida *as igrejas* e *as antigas associações do tempo colonial*, a todos os níveis e em todos os sectores de actividade, passaram a ser as de menor procura social, tendo deixado de corresponder ao novo quadro de expectativas individuais e colectivas criado pela independência.

Volvidos os primeiros anos, este leque considerável de oportunidades oferecidas aos moçambicanos vai-se fechando gradualmente, dando lugar a menores possibilidades e aumentando as exclusões. Digamos que estava em curso a consolidação de uma sociedade civil íntima do poder num contexto cada vez mais adverso – contexto

<sup>6</sup> FRELIMO, *1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns: Resolução geral*, IN de Moçambique, Maputo, 1982, citado em *Maputo - A Reinvenção do Urbano*, Isabel Raposo e João Quintela, in *Cidades UCCLA*, ano I, nº 2, Fev. 2000, p. 32.

<sup>7</sup> Ginja, Vitória e Schwarz, Carlos, 'Relatório de Moçambique', In *Ação Social das ONG dos PALOP*, 1997, p. 10.

<sup>8</sup> Cf. Brito, Luís Cerqueira de Brito, *Le Frelimo et la construction de l'État National au Mozambique*, tese de doutoramento, Université de Paris VIII, Paris, 1991, p. 225. "Segundo estimativas da FRELIMO, 250.000 pessoas teriam tido acesso a habitações na cidade de cimento, cerca de dois terços das quais em Maputo", ib., pp. 225/6.

<sup>9</sup> O Grupo Dinamizador (GD) de bairro foi criado logo em 1974, após a posse do Governo de Transição, pela FRELIMO. Como instrumento de ligação da FRELIMO com as populações funcionou inicialmente muito bem, intervindo com grande dinamismo no debate político e comunitário e na resolução de problemas sociais. Com o III Congresso da FRELIMO, em que esta se converte em partido único, surge a orientação de transformar os GD em organismos do partido, com funções de controlo das populações e normas estritas ( não ter participado no aparelho colonial, não ser polígamo, nem religioso, por exemplo) para o recrutamento dos seus membros. A estrutura do GD complexifica-se (secretário, adjunto, responsáveis pela organização, segurança e defesa, informação, cultura, assuntos sociais e mulher) e aumentam as suas responsabilidades burocráticas (passa a avaliar a obtenção dos cartões de residente e de abastecimento). Em 1979, os GD passam de estruturas políticas a estruturas administrativo-sociais, com responsabilidades acrescidas na gestão comunitária. Os bairros passam a ser subdivididos em Unidades Comuns e estas em Quarteirões. A partir de meados dos anos 80 os GD sofrem o desgaste da sua participação activa na "Operação Produção" (medida repressiva contra os 'improdutivos' urbanos, que se pretendia reenviar para o campo) e da nova conjuntura política (liberalização, desenvolvimento da economia informal, crescente corrupção, multiplicação das associações religiosas e outras organizações tradicionais). No entanto, mesmo sem a força e a credibilidade anteriores, os GD mantêm-se activos ainda hoje como estrutura de administração do território e de enquadramento dos bairros. Ver, sobre isto, CHICHAVA, José, *Participação Comunitária e Desenvolvimento: O Caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique*, Assembleia Municipal, Maputo, 1999 e RAPOSO e QUINTELA, artigo citado.

de crise económica e, sobretudo, de guerra permanente, limitador das opções socializantes do Estado-Frelimo. *É assim que as populações urbanas sentem necessidade de retornar a práticas antigas e redescobrem formas de organização capazes de lhes fornecer aquilo que o Estado não é capaz de garantir. Sem dispensarem os recursos que o Estado pode fornecer, ainda que de maneira cada vez mais limitada, recorreram sobretudo à sua criatividade para produzir bens e para os vender, para se apropriar de recursos, para erguer novas possibilidades de vida.*

Ao fechamento de oportunidades para novos funcionários no aparelho de Estado ou nas empresas públicas estatais, inerente ao fracasso anunciado do projecto de independência económica do país, sucede o surgimento, de forma progressivamente visível, de um conjunto de novas oportunidades de sobrevivência com características informais, aliás bem toleradas pelas autoridades e capazes de colmatar os disfuncionamentos económicos e de satisfazer necessidades sociais básicas das populações urbanas. Isto gera uma expansão das oportunidades no espaço urbano, de que vão beneficiar agentes e líderes informais, articulados com o aparelho de Estado e com as empresas.

É nesta altura, em meados dos anos 80, que surgem os primeiros empresários negros moçambicanos e que aumentam os negócios de outras minorias com alguns recursos e experiências empresariais anteriores. Com a implementação do programa de ajustamento estrutural, a partir de 1987, e o processo de privatizações, estes grupos sociais intermédios, em termos de pirâmide social, e os grupos sociais em lugares no aparelho de Estado e nas empresas encontraram nos processos de liberalização económica novas oportunidades de promoção e de melhoria das suas vidas. Podem citar-se, como exemplo, os casos das privatizações de empresas estatais e públicas, em que esses empresários muitas vezes actuam em conjunto com parceiros estrangeiros e com elementos de minorias raciais residentes em Moçambique. Os anos 80 dão também visibilidade a um crescendo de corrupção no país, ora ao nível de funcionários do Estado com baixos salários, para fazerem face ao custo de vida, ora ao nível dos esforços de enriquecimento dos mais bem posicionados em lugares do Estado e das empresas estatais e públicas.

Mas o final da década trouxe também muitos projectos orientados por ONG's, o retorno em força das igrejas (incluindo novos cultos), a reconstituição de redes de solidariedade sobretudo com base familiar, mas também de vizinhança ou mesmo étnica e até a revalorização de outro tipo de pertenças, para além de formas mistas que entretanto vão surgindo.

Os anos 90 continuam as tendências assinaladas a partir da segunda metade da década anterior: intensificação da guerra civil até aos acordos de paz de 1992; acentuar da crise económica no campo, complicada por secas e inundações cíclicas; o programa de ajustamento estrutural, lançado em 1987, que tem custos sociais tão elevados que terá de ser revisto em 1990/91, passando a programa de reabilitação económica e social, para incluir algumas dimensões sociais do ajustamento e do desenvolvimento<sup>10</sup>, mas mesmo assim fazendo crescer dramaticamente a pobreza rural e urbana, aumentando o desemprego e diminuindo o poder de compra de largas camadas da população, como a seguir se descreve:

*"Se em 1980, escrevem Jochen Oppenheimer e Isabel Raposo no seu relatório de Janeiro de 2000 sobre o MAPUTO do estudo "A cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada em Luanda e Maputo", a cidade de Maputo (excluindo Matola) contava com 539.737 habitantes, dos quais cerca de 15% - cerca de 81.000 pessoas - eram considerados pobres absolutos, em 1977, com uma população total de 966.837 habitantes, se houver 60% de pobres absolutos é de 580.000 pessoas que estamos a falar"... E ainda: "Maputo, com 6,14% da população do país tem 7,7% dos pobres. (...) Não podemos deixar de destacar os valores muito elevados da pobreza rural (80% dos pobres do país, \_ dos pobres são rurais, os pobres rurais são mais pobres que a média nacional)."<sup>11</sup>*

Por outro lado, os anos 90 trouxeram também, para os ocupantes privilegiados do parque habitacional da "cidade de cimento", a possibilidade de adquirirem casa própria, uma vez que o Estado resolveu então abrir mão e reprivatizar as casas nacionalizadas nos primeiros tempos da independência. Tal facto representou uma impor-

<sup>10</sup> Ver Oppenheimer, Jochen et alt., "A cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada em Luanda e Maputo", relatório 1ª fase, Lisboa, 1998.

<sup>11</sup> Oppenheimer, Jochen e Raposo, Isabel, *MAPUTO*, Lisboa, Janeiro 2000, pp. 9 e 50.

tante oportunidade para as famílias urbanas e não só em termos patrimoniais – *devolveu-lhes também a iniciativa em termos de procederem à reabilitação, melhoramento e manutenção dessas casas*. Na sequência deste movimento progressivo de acesso à casa própria, ocorreu um outro fenómeno relevante, que foi a *opção pela venda ou aluguer da casa na cidade e a eleição de novos lugares residenciais na periferia urbana, ou o regresso aos anteriores lugares de residência*.

A crise urbana, entretanto, reflexo da crise geral do país e da sociedade moçambicanas, agravada pela inexistência de verdadeiras instituições autárquicas, manifesta-se das formas mais diversas, do crescimento tentacular das periferias às carências generalizadas em infra-estruturas básicas, passando pela degradação generalizada da “cidade de cimento” – dos edifícios à rede viária e às redes de água e esgotos, culminando nos gravíssimos problemas de erosão que levaram ao corte da Av. Julius Nyerere...

*Para sintetizar este ponto, podemos dizer que estes processos de recomposição social podem ser definidos como processos societários em que indivíduos e grupos procuram encontrar, para si e os seus, novos quadros de vida e melhores lugares sociais, utilizando para tal todos os recursos e oportunidades proporcionados pelas novas conjunturas, as capacitações e as redes relacionais de todo o tipo entretanto por si adquiridas, isto no quadro da recomposição social permanente de toda a sociedade em que se inserem.*

Estes processos, criadores de fortes movimentos de promoção social ascendente, são eles próprios também criadores de novas formas de desigualdade e, por vezes, mesmo de novas exclusões – agravando as diferenças (já de si grandes) entre as cidades e os campos, entre “velhos” urbanitas e os “deslocados” das zonas rurais e peri-urbanas, despromovendo a elite africana (muitos com o estatuto de “assimilados”<sup>12</sup>) que antes da independência ocupava o (modesto) topo da escala social e profissional dos africanos.

Entre velhas e novas formas de organização individual, familiar e social se faz, desfaz e refaz o quotidiano das populações urbanas. Quotidiano onde se processa uma maior diferenciação em múltiplos grupos socio-urbanos completamente novos no tecido social, um crescendo de desigualdades sociais, um refazer constante de estratégias, um agravar das discriminações, mas também um alargamento das integrações.

*As novas instituições – aparelho de Estado, Partido, organizações de massa, Sindicatos, Grupos Dinamizadores – responsáveis, num primeiro tempo, pelas principais formas de integração, promoção e, eventualmente, de sobrevivência, vão-se rotinizando e cedendo a primazia, com o evoluir do processo de construção do novel Estado, à reemergência e revitalização das velhas instituições – igrejas, associações de toda a índole, redes formais e informais com base na família, na vizinhança, na etnia, etc. – que parecem reganhar actualmente uma importância crescente na sociedade. Todas estas instituições, novas e velhas, implicam, em maior ou menor grau, diferentes combinações de solidariedades grupais, com fortes raízes culturais e sociais na sociedade tradicional africana, e de um individualismo urbano com crescente importância na nova sociedade moçambicana. Este individualismo passa, como é conhecido, por um auto-centramento no indivíduo, por um importante reforço da iniciativa pessoal e pela acrescida capacidade de perspectivar politicamente as situações que se enfrentam.*

## ORGANIZAÇÃO E DESORGANIZAÇÃO EM CONTEXTO PÉRI-URBANO

Começemos com duas reflexões preliminares sobre estas questões da organização e desorganização urbanas.

A primeira tem a ver com a diferenciação das capacidades organizativas dos diferentes grupos sociais: com efeito, é relativamente pacífico que a capacidade de auto-organização dos diversos grupos varia em função do lugar ocupado na pirâmide social, tanto por questões de disponibilidade do tempo alocado às tarefas organizativas, como por questões de preparação académica para manter os registos e a correspondência necessários, como

---

<sup>12</sup> Qualquer indígena podia pedir o estatuto de *assimilado* e ter assim acesso à cidadania portuguesa, “desde que o pedido fosse justificado pelas seguintes condições: saber falar e escrever o português, ter abandonado os ‘usos e costumes indígenas’ e fornecer a prova de uma actividade profissional capaz de lhe garantir os meios económicos suficientes para ter um nível de vida julgado aceitável pelas autoridades” – ver Brito, Luís Cerqueira de, o. c., p. 46.

ainda por factores eminentemente subjectivos, tais como o percurso histórico dos actores, os critérios grupais de confiabilidade e a efectiva confiança existente entre eles, o seu grau de relacionamento e de inter-conhecimento, etc.<sup>13</sup>.

Mesmo tendo em consideração que as coisas em África se põem diferentemente no que toca às organizações tradicionais, incluindo as ressurgidas em meio urbano, no respeitante às organizações especificamente urbanas, essas têm de levar em conta, de algum modo, a envolvente moderna em que actuam e, portanto, para essas necessariamente também contam o tempo e a capacidade de manter registos e correspondência, para além das questões óbvias da inter-confiança e do inter-relacionamento.

Assim, temos, por um lado, grupos - ou quase-grupos, como lhes chamaria Dahrendorf - quase sem capacidade de auto-organização, no seio dos quais todas as formas organizativas têm necessariamente uma origem exterior a eles próprios, e, por outro lado, grupos com efectiva capacidade de auto-organização, que dispõem dos recursos endógenos mínimos, culturais e humanos, para se organizarem de forma relativamente autónoma e que têm também alguma capacidade para aproveitarem as oportunidades proporcionadas pelo exterior - Estado, partido, organizações de massas, sindicatos, igrejas, ONG's, etc..

Como exemplo dos primeiros, temos boa parte das populações "deslocadas"<sup>14</sup>, traumatizadas pela experiência da guerra e sem qualquer vivência anterior da cidade, dos seus ritmos e formas de vida, sem qualificações nem conhecimentos, condenadas por longo tempo ao desemprego e a viverem de costas voltadas uns para os outros, "como batatas num saco" diria Marx, à margem dos restantes cidadãos, muitas vezes na maior miséria e inteiramente falhos de perspectivas. É certo que parte destes "deslocados" acaba por se integrar e recusa, passado algum tempo, o regresso à terra donde saíram. "Ganharam medo à enxada", dizia, a propósito, uma das nossas entrevistadas de Mafalala. De qualquer forma, acabaram por encontrar na cidade nichos onde conseguem de alguma forma assegurar a sua sobrevivência e a dos seus, para além de que os filhos - quer ainda andem a estudar, quer já tenham começado a organizar a sua vida de jovens adultos - pesam fortemente nessa radicação na cidade. Não surpreende, em todo o caso, que seja sobretudo entre estas populações que mais facilmente vinguem formas de organização e práticas veiculadas pelas autoridades tradicionais - feiticeiros e curandeiros, por exemplo.

Como exemplo dos segundos, temos os velhos urbanitas e aqueles para quem a vinda para a cidade foi uma escolha relativamente preparada, eventualmente contando com algum apoio familiar, com perspectivas de trabalho e um mínimo de capacitação para a vida urbana. Estes voltaram-se, de início, com enorme expectativa para as perspectivas abertas pelas organizações vinculadas ao novo poder político, ou próximas dele, e das organizações internacionais (ONG's). Mas o evoluir da conjuntura e o aprofundar das diferentes crises em acção na sociedade depressa os levou a auto-organizar-se com alguma autonomia, mantendo simultaneamente ligações com formas de organização ligadas ao Estado e até, eventualmente, com outras mais vinculadas às autoridades tradicionais. Estas diferentes formas de auto-organização são basicamente urbanas, embora estejam, por vezes, articuladas com certas formas rurais de organização<sup>15</sup>.

A segunda reflexão tem a ver com aquilo a que antes chamámos 'novas' e 'velhas' instituições, surgidas em relação estreita com o nível e a forma de desenvolvimento da sociedade.

<sup>13</sup> Ver, sobre estas questões da auto-organização, sobretudo os neo-weberianos ingleses, por exemplo, REX e MOORE, *Race, Community and Conflict*, Oxford Univ. Press, London, 1967; ROSS, J.C., "Toward a Reconstruction of Voluntary Association Theory", in *British Journal of Sociology*, vol. 23, 1972. Sobre as questões da confiança, ver, por exemplo, SUTTLER, *The Social Order of the Slum*, Univ. of Chicago Press, 1968; ROBERTS, B.R., *Organising Strangers: Poor Families in Guatemala*, Univ. of Texas Press, Austin, 1973.

<sup>14</sup> Chama-se "deslocados" aos indivíduos que foram obrigados, por causa da guerra ou de calamidades naturais, a deixarem a sua terra de origem e a procurarem abrigo noutros pontos do território nacional. Trata-se, portanto, de populações de origem rural ou peri-urbana. Os "refugiados" são aqueles que foram obrigados a procurar abrigo além fronteiras e que regressaram mais tarde ao país. Na origem desta terminologia temos as Nações Unidas, obviamente. Sobre a importância do fenómeno em Moçambique, escrevem Oppenheimer e Raposo: "Em 1992, para uma população total de 14.762 habitantes (INE), estima-se que cerca de 5 milhões de pessoas se tenham deslocado dos seus lugares de origem, das quais cerca de um milhão e meio para os países vizinhos (10%) e cerca de três milhões e meio no interior do país (24%), sendo estes, na sua maioria, camponeses migrando para os centros urbanos (Unidade de População e Planificação, 1992:37; Nações Unidas, 1994). Pereira (1992) refere-se a cerca de dois milhões de pessoas que se deslocaram das zonas rurais para as capitais provinciais e algumas sedes distritais. Apesar do Acordo Geral de Paz de 1992, o êxodo rural não parou já que se mantêm as precárias condições de vida nos campos", o.c., p. 12.

<sup>15</sup> Segundo os dados do nosso inquérito (Julho/Agosto de 1999), 34.5% da amostra (248 indivíduos em 719) participa em *cerimónias e rituais* tradicionais na terra de origem.

São, por um lado, as *instituições saídas da independência e da luta de libertação* – Estado, partido, sindicatos e organizações de massas, igrejas, ONG's, etc. – que visam tendencialmente enquadrar toda a vida social e substituir as anteriores formas de organização social, caracterizadas pelo seu carácter impessoal, político, sindical, religioso ou profissional. São, por outro lado, as *antigas associações*, surgidas ainda no período colonial – culturais, conviviais, por local de origem, recreativas e desportivas, etc. – e baseadas no inter-relacionamento e no inter-conhecimento, fortemente personalizadas (com carácter 'primário' e afectivo e já não 'secundário' e impessoal, como as primeiras referidas).

O Estado tentou por vezes potenciar formas organizativas já com certa tradição em meio urbano e até mesmo em meio rural, como foi o caso, por exemplo, das cooperativas de produção e de consumo. Mas não cuidou, ou não teve meios de lhes garantir condições de sustentabilidade a prazo, o que teve como efeito que em pouco tempo a maioria delas desapareceu e hoje só muito poucas subsistem.

Ora, são estas 'velhas' instituições de carácter primário que vão ressurgindo, a partir de meados dos anos 80 – à medida que aquelas saídas da Independência perdem frescor e capacidade atractiva – mas alteradas pela própria vida e muitas vezes revestindo novas formas organizativas e propondo-se novos objectivos (por exemplo, de carácter económico – *xictique*<sup>16</sup>, formas associativas de produção, distribuição e capitalização –, ou por centros de interesse – associações de pais, organizações de jovens artistas, etc..).

Significativamente, onde a organização estatal e partidária mantém maior capacidade de penetração as formas autónomas de organização afirmam-se só marginalmente – é o caso do *xictique*, por exemplo, que se baseia na confiança pessoal de um pequeno grupo de pessoas, ou de algumas organizações por centros de interesse como a ACHUFRE, Associação Cultural Hulene em Frente<sup>17</sup>.

Inversamente, o florescimento destas formas de auto-organização parece ser bem mais forte em zonas mais periféricas, lá onde os apoios exteriores são menores e os serviços públicos funcionam pior. É o caso de Inhangóia A e B e de Nsalene, no Distrito Urbano 5, onde existem 14 organizações comunitárias de base, na sua maioria sem sede própria, mas em actividade, ligadas não só ao desporto e à cultura, mas também à produção, nomeadamente agrícola, e capazes de estabelecerem parcerias de certa importância<sup>18</sup> – com o apoio da AMDU (Associação Moçambicana de Desenvolvimento Urbano), uma ONG moçambicana.

Mas, para além destas organizações e auto-organizações mais ou menos formalizadas e institucionalizadas, invocam-se frequentemente outros vínculos e redes, estes completamente informais, como estruturando a recomposição do tecido social em meio urbano. São eles, fundamentalmente, os relacionados com as diferentes formas de ajuda e entre-ajuda.

É importante sublinhar que os dados do inquérito mostram com clareza que é realmente da família, em todos os casos, que vem o maior apoio – seguida, embora a boa distância, pelos vizinhos e colegas de trabalho. E isto tanto é verdade para os *problemas económicos do dia a dia* (apoio da família, 68,6%; dos vizinhos, 28,4%; dos

---

<sup>16</sup> O *xictique* é uma micro-associação rotativa de poupança (cf. Lopes, Carlos, *Elementos para a compreensão do sector informal urbano nos países em desenvolvimento: anotações sobre o retalho informal em Luanda e Maputo*, cópia dactilografada, Set.99). Constituída por um número limitado de membros, da ordem da dezena, cada membro contribui com uma quotização periódica, quase sempre mensal, a qual serve para financiar sem juros, à vez, cada membro do grupo na aquisição de bens ou pequenos equipamentos domésticos ou para o comércio informal. Está bem de ver que, neste caso do *xictique*, a confiança mútua é essencial.

<sup>17</sup> A Associação Cultural 'Hulene em Frente' é uma recente associação de bairro (Hulene B), constituída fora de qualquer enquadramento político ou religioso, de jovens artistas – pintores, ceramistas e escultores – 'sem padrinhos' que começaram recentemente (com a associação) a expor os seus trabalhos. A princípio recebida 'com estranheza' pelas pessoas do bairro, a associação tem vindo progressivamente a ser melhor aceite e desenvolve hoje várias actividades com os outros jovens do bairro.

<sup>18</sup> Cf. *Relatório do levantamento das organizações comunitárias de base em Inhangóia e Nsalene*, AMDU / ACORD, Programa MOZ 05, s/data (mas preparatório da reunião a que assistimos, em Ago.99). Conforme diz o relatório referido, "os principais ramos de actividade a que se dedicam as organizações nos três bairros são: -Agricultura, em forma de Associações; -Associações juvenis para a Cultura e Desportos; -Associações Religiosas e -outras com finalidades diversas. (...) Sentimos que os processos são desenvolvidos porque existe uma pessoa que puxa e que dinamiza a todos. (...) a maior parte destas organizações possuem parceiros e até em alguns casos com organizações com certa expressão no quadro do desenvolvimento da cidade: são os casos da AMETRAMO, União Geral das Cooperativas (UGC), Gabinete das Zonas Verdes, Casa da Cultura do Alto Maé, Conselho Cristão de Moçambique e até a própria AMDU, com a Comissão Desportiva de Inhangóia. (...) estas parcerias, na maioria dos casos, não passavam de ligações ou intercâmbios com organizações (...) na prática não existe nenhum laço de cooperação, troca de informação e participação em actividades. (...) Concluímos que as organizações comunitárias em Inhangóia e Nsalene têm iniciativa e uma grande vontade de participar nos processos de desenvolvimento dos seus bairros."

colegas de trabalho, 4,6%), como para os *problemas económicos extraordinários* (respectivamente, 65,8%, 16,1% e 5,3%) e para os *problemas não económicos* (família, 77,7%; vizinhos, 20,2%; igreja, 10,0%). Nas três situações analisadas, a parte dos conterrâneos é absolutamente residual, respectivamente de 1%, 0,6% e 1,5%! Quer isto dizer que os laços de solidariedade e entre-ajuda efectivos são, na periferia de Maputo que estudámos, exactamente os mesmos que em qualquer outro lado: é da família que vem o maior apoio, seguida dos vizinhos e colegas de trabalho<sup>19</sup>.

Do Município e do Estado não vem qualquer ajuda para 98,7% dos inquiridos, assim como do Bairro (100%).

Também os dados sobre *quem mais tem contribuído para a melhoria da vida no bairro* parecem elucidativos: 55% respondem que ninguém e 32% atribuem os créditos dessas melhorias às autoridades (GD, Estado/Município, OMM e até à Polícia) – mas é interessante notar que mais de metade dos inquiridos acha que ninguém fez nada por eles... Este sentimento de ausência de solidariedade e de apoios foi frequentemente confirmado nas entrevistas realizadas.

Os laços de conterraneidade e étnicos parecem ser muito pouco importantes – embora a nossa informação seja aqui claramente enviesada pelo facto de 39% da nossa amostra ser composta por indivíduos originários do Maputo e 95,2% do total ser do Sul (só 2.3% são do Centro e 2.2% do Norte do país).

De qualquer forma, embora quase sempre à custa do próprio esforço e não perdendo oportunidades, parece certo que tem havido – sobretudo após os acordos de paz de 1992 – algumas melhorias reais nas condições e perspectivas de vida das populações da periferia urbana do Maputo.

#### PERMANENTE, SÓ A MUDANÇA ...

Concluimos o ponto anterior com uma afirmação que admitimos ser polémica: a de que tem havido melhorias reais nas condições e perspectivas de vida das populações estudadas. É que estamos a falar de um dos países actualmente mais pobres do mundo, em que pobreza e indigência atingem valores inaceitáveis.

Segundo os dados do *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre as Condições de Vida*, de 1996-97, do INE de Moçambique, publicado em Dezembro de 1998 e citado por Oppenheimer e Raposo<sup>20</sup>, *a distribuição dos pobres em Moçambique é como segue: 81,8% entre a população rural (79,7% da população total), 18,7% entre a população urbana total (20,3% da população total) e 7,7% entre a população urbana de Maputo (6,14% da população total)*. "A indigência, usando como indicador a linha de pobreza alimentar, situa-se em 53,4% ao nível nacional, com 55,7% nas zonas rurais e 44,5% nas zonas urbanas. Usando o indicador "60% da linha de pobreza total", 37,8% das pessoas ao nível nacional são indigentes, 38,8% nas zonas rurais e 33,8% nas zonas urbanas." E, mais adiante, advertem: "As margens de erro na quantificação das linhas de pobreza, num país em que a maioria da população (80%) vive no campo, tirando 70% do seu consumo alimentar da produção própria, são muito substanciais. Agregar nesta quantificação o consumo urbano, que em média é a 83% adquirido nos mercados (Maputo: 96%), equivale à combinação de dados quantitativos com margens de erro diferentes. Condicionam-se, assim, tanto a fiabilidade dos dados nacionais, como as comparações cidade/campo e internacionais."

Por outro lado, referem ainda os citados Autores, "o nível de precaridade da população pobre de Maputo é todavia variável. "Todos nós somos pobres", repetiam os representantes dos bairros no *Workshop* de 1998<sup>21</sup>. Mas, no dizer local, há os pobres – que, melhor ou pior, conseguem desenvolver uma actividade de auto-sustento, dispõem de habitação e de algum equipamento doméstico – e há os "miseráveis" ou "pobres absolutos" (os indigentes em pobreza extrema, para utilizar a terminologia dos técnicos) que não têm capacidade para trabalhar, incapazes de proverem ao seu próprio sustento, que mal comem uma refeição por dia e não sabem se comem outra no dia seguinte, com roupas insuficientes, desprovidos de todo o bem material e, alguns, sem parentes e sem abrigo."

<sup>19</sup> De resto, a família e o trabalho são as principais razões da migração para Maputo: com efeito, entre os 439 indivíduos nascidos fora da capital, 33% veio para a cidade por razões familiares de toda a ordem e 51,7% migrou por razões de trabalho.

<sup>20</sup> O.c., p.49 e s.. O referido Relatório contém uma revisão de toda a informação disponível sobre a pobreza em Moçambique, bem como uma reflexão e discussão teóricas aprofundadas sobre o tema.

<sup>21</sup> *Workshop Instituições, políticas e acções de combate à pobreza na Cidade de Maputo, 10 – 11 de Setembro de 1998, Maputo, ed. do Projecto "A cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada em Luanda e Maputo"*, Lisboa, 1999.

Este impressionante quadro da pobreza moçambicana<sup>22</sup>, no conjunto do país e na capital, ilustra bem a complexidade e o carácter contraditório do processo de recomposição social na sociedade maputense. Relembramos a nossa afirmação inicial de que o primeiro passo para a recomposição social foi o afluxo de migrantes ao Maputo e outras cidades moçambicanas e o conseqüente reforço do processo de urbanização. Mas outros indicadores existem – construídos a partir do nosso inquérito no terreno – cujo sentido e importância não podem ser secundarizados. Vejamos alguns, em três áreas importantes – a habitação, a actividade económica e a escolaridade.

A HABITAÇÃO:

O nosso inquérito foi conduzido nos subúrbios de Maputo, o que situa urbana e socialmente a população estudada – moradores da “cidade africana”, em grande parte ‘cidade informal’, com poucas e fracas infraestruturas (sem iluminação pública, sem ruas alcatroadas, sem água ao domicílio, quase sem saneamento), escassos equipamentos sociais (de saúde, escolares, etc.), com pouco comércio formal, etc., etc.. É aqui que vivem os nossos inquiridos. Começemos por ver quais são as *condições de ocupação da casa em que vivem*:

**QUADRO I**  
CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DA CASA ACTUAL

CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO	N	%
NS/NR	8	1,1
ALUGA A CASA	71	9,9
ALUGA PARTE DA CASA	3	0,4
CASA PRÓPRIA CONSTRUÍDA	533	74,1
CASA PRÓPRIA COMPRADA	56	7,8
CASA PRÓP.CEDIDA/HERDADA	48	6,7
<b>TOTAL</b>	<b>719</b>	<b>100</b>

Temos, assim, que 637 (88,6%) famílias vivem em casa própria (ou construída por eles, 74,1%; ou comprada, 7,8%; ou ainda cedida ou herdada, 6,7%), 9,9% em casa alugada, 0,4% em parte de casa e, finalmente, 1,1%, NR/NS. Trata-se, na quase totalidade, de casas construídas em duro, com blocos de cimento ou, mais raramente, em tijolo. O número das casas em caniço não excede as escassas dezenas. Com efeito, a “cidade de caniço”, como eram conhecidos os subúrbios africanos da antiga Lourenço Marques, já não existe hoje – o caniço tornou-se raro e quantos podem refazer em cimento as suas habitações fazem-no sem hesitar, por muitos sacrifícios que tal lhes custe.

**QUADRO II**  
DATA DE CONSTRUÇÃO DA CASA

Data de construção	N	%
NS/NR	224	31,1
ATÉ 1974	56	7,7
1975/1979	46	6,4
1980/1989	134	18,6
1990/1999	259	36,0
<b>TOTAL</b>	<b>719</b>	<b>100</b>

<sup>22</sup> Hoje ainda agravado pelas devastadoras cheias do início de 2000, que afectaram cerca de quatro milhões e meio de habitantes e criaram seiscentos e cinquenta mil desalojados, baixaram significativamente o crescimento da economia, que passou de 9% para 3,8%, e aumentaram a inflação para o dobro (passando de 6% para 12%) – cf. EXPRESSO de 4.XI.00, artigo de Mário de Carvalho, “Moçambique – Oito meses ao deus-dará”

<sup>23</sup> In “Uma abordagem aos problemas do crescimento urbano no domínio da habitação e das infraestruturas”, *Workshop sobre Bases Metodológicas para a investigação das tendências do crescimento urbano em Moçambique*, CNP/DNE/UPP, Maputo, 1992, pp. 81-90, cit. por Oppenheimer e Raposo, *o.c.*, p. 12.

O Quadro II mostra-nos que 82,3% das casas construídas foram-no após 1975 (439/533). Entre 1990 e 1999 (data do inquérito - Jul/Ago.99) são construídas 36% do total (259/533), quase duplicando a percentagem da década anterior.

Se compararmos, por outro lado, as datas de construção com as da instalação no terreno, podemos ver que muitos dos talhões comprados ao longo dos anos 80 só serão construídos nos anos 90, muito provavelmente após os acordos de paz. Foram, sem dúvida, o ambiente e as perspectivas criadas pela paz que tornaram possível tal investimento.

**QUADRO III**  
INSTALAÇÃO NO TALHÃO (TERRENO)

PERÍODO DE INSTALAÇÃO	NO TERRENO	N	% VARIAÇÃOANUAL
NS/NR	47	6,5	-
ATÉ 1959	32	4,4	-
1960/1969	84	11,6	-
1970/1974	100	13,9	-
1975/1979	96	13,3	2,6
1980/1989	176	24,5	2,4
1990/1999	184	25,6	2,5
<b>TOTAL</b>	<b>719</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Por outro lado, os dados do inquérito e a própria prática do terreno indicam que a grande maioria dos inquiridos parecem satisfeitos com a casa que têm, embora muitos confessem que gostariam de a acabar, acrescentar ou melhorar.

**QUADRO IV**  
CASA EM QUE GOSTARIA DE VIVER

TIPO DE CASA	N	%
MADEIRA E ZINCO	11	1,5
MORADIA	583	81,1
APARTAMENTO	14	1,9
OUTRO TIPO DE CASA	94	13,1
NS/NR	17	2,4
<b>TOTAL</b>	<b>719</b>	<b>100</b>

*Temos assim que a grande maioria dos inquiridos é proprietária da sua casa - \_ construíram-na eles próprios, ou mandaram construí-la, e cerca de metade na década de 90. Se a maioria parece estar satisfeita com ela, é interessante notar que muitos (cerca de metade, talvez) gostariam de a acabar, acrescentar ou melhorar. A pobreza - reconhecida e assumida - não parece tolher-lhes o sonho, nem quebrar-lhes o ânimo na luta pela vida, nem tão pouco impedi-los de investir quanto podem no que entendem valer a pena. São gente muito sofrida, mas com muita força.*

A ACTIVIDADE ECONÓMICA E A PROFISSÃO PRINCIPAL:

Vamos tentar ver, neste ponto, qual a evolução profissional (melhor dizendo: por sector de actividade, sabendo-se à partida que o grau de qualificação é bastante baixo e que, portanto, os lugares ocupados são o baixo da escala) dos nossos inquiridos entre a independência e o momento actual. É o que o Quadro V nos mostra:

**QUADRO V**  
SECTOR DE ACTIVIDADE ONDE EXERCEU PROFISSÃO ATÉ 1975 E ENTRE 1976/99

SECTOR DE ACTIVIDADE		ATÉ	1975	ENTRE	1976/99
		N	%	N	%
AGRICULTURA	A*	17	3,8	8	2,8
PESCA	B	4	0,9	0	0,0
IND. EXTRACTIVA	C	13	2,9	17	6,1
IND. TRANSFORMA.	D	45	10,2	23	8,2
ELECTRICIDADE	E	0	0,0	1	0,3
CONSTRUÇÃO	F	43	9,7	40	14,3
COMÉRCIO	G	77	17,5	43	15,4
ALOJ. E RESTAURA.	H	8	1,8	6	2,1
TRANSPORTES	I	36	8,1	25	8,9
ACTIV. FINANCEIRAS	J	7	1,6	3	1,0
SERV. A EMPRESAS	K	28	6,3	10	3,5
ADM. PÚBLICA	L	54	12,2	45	16,1
EDUCAÇÃO	M	5	1,1	3	1,0
SAÚDE E ACÇÃO SOC.	N	4	0,9	0	0,0
OUTROS SERVIÇOS	O	1	0,2	5	1,8
FAMÍLIA C/EMPREGADO DOM.	P	15	3,4	7	2,5
	N/E	83	18,8	43	15,4
<b>TOTAL</b>		<b>440</b>	<b>100</b>	<b>227</b>	<b>100</b>

\* Símbolos utilizados pelo INE para agregar as actividades integrando cada sector de actividade.

Podemos ver que, até 1975, os três primeiros sectores de actividade eram, respectivamente, o 'comércio', a 'Administração Pública' e a 'indústria transformadora', tendo passado a ser, após essa data e até 1999, a 'Administração Pública' o 'comércio' e a 'construção' – embora todos eles com menor frequência, sobretudo o comércio, que perde quase metade do seu contingente. Este dado é tanto mais importante quanto se trata aqui, claramente, de um *sector-refúgio*...

A 'agricultura' perde um ponto percentual e desce para menos de metade dos activos nela ocupados. A 'pesca' desaparece. A 'indústria transformadora' perde dois pontos percentuais e reduz os seus activos para metade – tal facto traduzindo provavelmente o encerramento de muitas empresas no período pós-independência. Na mesma linha, cai quase para metade o peso dos 'serviços a empresas' e os 'transportes', mesmo ganhando peso percentual, perdem também efectivos. O Quadro revela, assim, a redução da actividade económica na cidade e o aumento relativo do salariado na economia (formal). Dados que o Quadro seguinte vem confirmar:

**QUADRO VI**  
SITUAÇÃO NA PROFISSÃO COMPARANDO PROFISSÃO ACTUAL/PROFISSÃO ANTERIOR DO CHEFE DE FAMÍLIA

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	PROF.	ACTUAL	PROF.	ANTERIOR
	N	%	N	%
NS/NR	4	0,6	84	11,7
PATRÃO/EMPRESÁRIO	2	0,3	1	0,1
ASSALARIADO	452	62,9	419	58,3
TRABALHADOR CONTA PRÓPRIA	160	22,3	61	8,5
TEM AJUDA FAMILIAR	43	6,0	86	12,0
TRABALHA PARA FAMILIAR	6	0,8	15	2,1
OUTRA SITUAÇÃO	52	7,2	53	7,4
<b>TOTAL</b>	<b>719</b>	<b>100</b>	<b>719</b>	<b>100</b>

Aparece-nos aqui, claramente, o aumento dos assalariados na amostra, bem como o dos trabalhadores por conta própria – ainda mais importante – enquanto caem os quantitativos das ‘ajudas familiares’ e dos que ‘trabalham para familiares’. O número dos ‘patrões/empresários’, embora duplique, continua estritamente residual.

Vejamos, agora, que parte dos nossos inquiridos permaneceu no mesmo sector de actividade (22,8%), o que pode traduzir alguma mobilidade intersectorial e também a precaridade do emprego e o carácter de sectores-refúgio tanto do ‘comércio’ como da ‘construção’:

QUADRO VII

SECTOR DE ACTIVIDADE ONDE EXERCE ACTUALMENTE PROFISSÃO E PROFISSÃO ANTERIOR ONDE NÃO HOUE ALTERAÇÃO DE SECTOR DE ACTIVIDADE

SECTOR DE ACTIVIDADE	ACTIVIDADE ACTUAL		PROF. ANTERIOR/PROF. ACTUAL SEM MUDANÇA DE SECTOR DE ACTIV.	
	N	%	N	%
AGRICULTURA A	25	3,4	2	1,2
PESCA B	4	0,5	1	0,6
IND. EXTRACTIVA C	30	4,1	4	2,4
IND. TRANSFORMA. D	68	9,4	17	10,3
ELECTRICIDADE E	1	0,1	0	0,0
CONSTRUÇÃO F	83	11,5	22	13,4
COMÉRCIO G	120	16,6	18	10,9
ALOJ. E RESTAURA. H	14	1,9	4	2,4
TRANSPORTES I	61	8,4	15	9,1
ACTIV. FINANCEIRAS J	10	1,4	0	0,0
SERV. A EMPRESAS K	38	5,2	10	6,1
ADM. PÚBLICA L	99	13,7	17	10,3
EDUCAÇÃO M	8	1,1	1	0,6
SAÚDE E ACÇÃO SOC N	4	0,5	0	0,0
OUTROS SERVIÇOS O	6	0,8	0	0,0
FAMÍLIA C/EMPREGADO DOM. P	22	3,0	3	1,8
	N/E	126	17,6	0
<b>TOTAL</b>	<b>719</b>	<b>100</b>	<b>164</b>	<b>100</b>

#### A ESCOLARIDADE:

Se compararmos os níveis de escolaridade dos chefes de família por grupos de idade e dividirmos a amostra em dois grupos, *o dos indivíduos até aos 29 anos* – portanto educados no Moçambique independente – e *o dos indivíduos mais velhos*, com 30 e mais anos, o primeiro comentário que ocorre é sublinhar a maior escolarização dos primeiros: todos os inquiridos estudaram, o escalão com o ensino obrigatório tem praticamente o mesmo peso do que os que têm até à 12ª classe; os cursos médios não foram de todo frequentados e um único elemento tem (ou frequenta) um curso superior.

No segundo grupo, 3% não estudou; o escalão com o ensino obrigatório é de longe o mais importante, triplicando o contingente e o peso dos indivíduos que têm até à 12ª classe; finalmente, as frequências dos cursos médio, técnicos e superior são reais, embora residuais - de respectivamente 32, 18 e 20 indivíduos. Neste grupo

dos maiores de trinta anos, o peso relativo dos que têm a escolaridade obrigatória e dos que frequentaram até à 12ª classe evoluiu, como era de esperar, em sentido inverso por grupo etário, com uma quebra na frequência do ensino obrigatório nos indivíduos com 60 e mais anos. É o que nos mostra o Quadro VIII:

**QUADRO VIII**  
NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA POR GRUPOS DE IDADE

NÍVEL ESCOLAR.	15 - 29		30 - 39		40 - 49		50 - 59		60 >		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não estudou	0	0	1	0,6	7	3,4	4	2,6	10	7,0	22	3,0
1.ª à 6.ª classe	26	45,6	82	49,7	121	59,3	108	72,0	75	52,4	412	57,3
7.ª à 12.ª classe	25	43,8	57	34,5	37	18,1	10	6,6	8	5,6	137	19,0
Curso Médio	0	0	3	1,8	4	1,9	5	3,3	2	1,4	14	1,9
Cursos Técnicos												
Prof./Com./Ind.	0	0	2	1,2	1	0,5	1	0,6	2	1,4	6	0,8
Curso Superior	1	1,7	5	3	1	0,5	0	0	0	0	7	1,0
NS/NR	5	8,7	15	9,1	33	16,1	22	14,6	46	32,1	121	16,8
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>100</b>	<b>165</b>	<b>100</b>	<b>204</b>	<b>100</b>	<b>150</b>	<b>100</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>719</b>	<b>100</b>

Por outro lado, a comparação entre os níveis de escolaridade da totalidade dos chefes de família (719) com os do total da amostra (4175) mostra-nos valores muito próximos, como aparece no Quadro IX:

**QUADRO IX**  
NÍVEIS COMPARADOS DE ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA E DO TOTAL DA AMOSTRA

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA	TOTAL DA AMOSTRA							
	MASCULINO		FEMININO		TOTAL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não estudou	12	2,1	10	6,8	22	3,0	86	2,1
1.ª à 6.ª classe	330	57,6	82	14,3	412	57,3	2524	60,4
7.ª à 12.ª classe	127	22,1	10	6,8	137	19,0	841	20,1
Curso Médio	14	2,4	0	0,0	14	1,9	32	0,8
Cursos Técnicos								
Prof./Com./Ind.	6	1,0	0	0,0	6	0,8	18	0,4
Curso Superior	7	1,2	0	0,0	7	1,0	20	0,5
NS/NR	77	13,4	44	30,1	121	16,8	652	15,6
<b>TOTAL</b>	<b>573</b>	<b>100</b>	<b>146</b>	<b>100</b>	<b>719</b>	<b>100</b>	<b>4 175</b>	<b>100</b>

Uma última muito breve observação, sobre as diferenças de escolaridade entre os chefes de família homens e mulheres. O simples facto de haver (numerosas) mulheres chefes de família já nos diz muito sobre a profundidade da recomposição social introduzida pela guerra e pelo êxodo rural na sociedade moçambicana. Surpreende ainda que quase todas elas tenham alguma instrução, mesmo se na maioria dos casos se ficam pelo ensino obrigatório.

**Que concluir de quanto atrás ficou dito?**

Muito sinteticamente, podemos dizer que, se a independência ainda não proporcionou ao povo moçambicano a realização das suas principais expectativas, abriu-lhe sem dúvida, em dois momentos distintos - primeiro, no período pós-independência, em 1975/1979, e mais tarde, a partir de 1988 e, sobretudo, após o Acordo de Paz de 1992, até ao fim dos grandes projectos da cooperação internacional, em 1995/96 - um relativamente largo campo de oportunidades.

*Os momentos estruturantes* do último quartel do século foram, indubitavelmente, a **independência**, a **guerra civil** e a **paz**.

- A **independência** - que foi, aliás, precedida pelo esgotamento do modelo colonial (pelo menos desde 1973) - abriu as cidades ao povo rural e ofereceu numerosas oportunidades de promoção social, na máquina estatal e na economia nacionalizada, aos urbanitas do novo Estado. Mas este abrir de oportunidades não se fez sem o reforço de importantes exclusões.

- A **guerra**, por seu lado, foi um revelador fundamental dos erros da FRELIMO, trouxe consigo a liberalização do regime pelos mesmos que o haviam radicalizado e permitiu a radicação em Moçambique das ONG's e das organizações internacionais. A crise económica nos campos e o alastramento da guerra ao conjunto do território levaram à deslocação de grandes massas populacionais (cerca de dois milhões de pessoas, segundo F. Pereira<sup>23</sup>) para as cidades, na busca de meios de subsistência, de maior segurança e de acesso à ajuda internacional. Este período culmina com o Programa de Ajustamento Estrutural, de 1997.

- A **paz**, enfim, trouxe consigo o pluripartidarismo, a corrupção e o reforço da liberalização da economia, o aparecimento dos primeiros empresários africanos, o crescimento das desigualdades sociais, a venda aos inquilinos das casas nacionalizadas, o crescimento mais do que tolerado do sector informal e, nestes últimos anos, também a ressurgência do municipalismo e o início da reabilitação urbana.

Cada um destes momentos trouxe novas inclusões e novas exclusões. A base da pirâmide social maputense parece pouco estável e de grande precaridade e inclui desde os grupos com capacidade de auto-organização, aos incapazes de se organizarem autonomamente e aos 'deslocados' da guerra e do êxodo rural. Os indivíduos procuram a relativa segurança dum emprego formal, mas sobrevivem muitas vezes do informal. Apostam tudo na educação, própria e dos filhos, mas têm inúmeros obstáculos a vencer só para frequentarem a mais simples das escolas. Mantêm, para além de tudo, um impressionante optimismo e a convicção desarmante de que as coisas acabarão por melhorar. Entretanto, dizem preferir o que está, com todos os problemas, ao que já foi...

